

## **BREVE RELATO HISTÓRICO SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO: REFLEXOS NO MUNICÍPIO DE ENCANTO-RN**

### **José Antônio da Silva Filho**

Graduando em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)  
Bolsista da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA) na área de  
Geoprocessamento.  
Bolsista do Programa Institucional de Bolsas para Iniciação Científica (PIBIC)  
E-mail: josefilho\_@outlook.com.br

### **Álison Jarbas Leite da Silva**

Graduando em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)  
e bolsista do Programa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID).  
alisson\_jarbas@hotmail.com

### **Maria Juciana dos Santos Oliveira**

Graduanda em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)  
E-mail: oliveirajuci@hotmail.com

### **Prof. Dr. Cicero Nilton Moreira da Silva**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)  
ciceronilton@yahoo.com.br

## **RESUMO**

Ao longo da história do Brasil, o debate acerca de uma política educacional que estivesse alinhada com os conteúdos, finalidades e realidade camponesa se constitui como um processo árduo e lento que envolveu/envolve pressão por parte de movimentos sociais, bem como a realização de conferências. Processo este que ainda esta em construção, mas que já conseguiu conquistas significativas. A educação esteve, historicamente, subjugada ao modelo urbano-tecnocrata de educação, que desvaloriza a vida do camponês e supervaloriza o modo de vida urbano. Sobre isso, Ferreira e Brandão (2011, p. 3) destacam “O modelo atual só preparam os cidadãos para o trabalho, sem se preocupar com a cidadania, habitação relação sociais, cultura e formação étnico-social.” A implantação de uma educação atenta às especificidades, inerentes à vida do campo, se faz necessário como instrumento de valorização da mesma, servindo para desmistificar a ideia de que o campo é atrasado e pobre culturalmente. Contribui para tirar o estereotipo de ser arcaico do homem do campo. Além de possibilitar a afirmação da identidade sociocultural desse povo. Desse modo, através de pesquisa na Secretaria de Educação do Encanto e na Escola Municipal Manoel Fernandes, podemos constatar qual o entendimento dos representantes da secretaria e dos professores, sobre o que seria uma educação do campo e quais as iniciativas por parte dos mesmos para que se tivesse uma prática pedagógica mais próxima da realidade dos discentes e da comunidade local.

**Palavras Chaves:** Educação no Campo, Cultura e Identidade.

## INTRODUÇÃO

A temática educação do campo tem ganhado importância no meio acadêmico e nos movimentos sociais que lutam pela vida no campo nos últimos anos, assim, reconhecendo que tal temática se mostra muito rica em conteúdos e debates e que é uma realidade concreta na atualidade despertou-nos o interesse em fazer uma análise de como o município de Encanto lida com a educação de sua população rural.

O objetivo deste artigo é fazer um apanhado histórico sobre como a temática da educação do campo foi ganhando notoriedade ao longo dos anos, desde as primeiras leis até o momento atual, bem como destacando como eram pensadas as políticas que permeiam as práticas pedagógicas do/no campo. Objetivando analisar se essas políticas influíram positivamente ou negativamente para a construção de um plano político pedagógico, voltado para a população rural. Para, assim, podermos contribuir, de forma qualitativa, no ensino do homem e da mulher da zona rural do Encanto, com conteúdos e objetivos próximos de suas origens camponesas. Promovendo a valorização de sua identidade sociocultural.

Por meio de uma pesquisa junto à Secretaria de Educação do Município de Encanto (RN) e ainda junto à Escola Municipal Manoel Fernandes foi feita uma entrevista com dois assistentes da secretaria e com a professora responsável pela escola com objetivo de ficar a par dos conhecimentos que os mesmos tinham acerca da temática, com isso, foi possível fazer uma análise de como os mesmos veem a educação do campo; quais medidas estão sendo tomadas e quais projetos foram colocados em prática, com vistas a ter uma educação voltada de fato ao homem e a mulher DO<sup>1</sup> campo, e não apenas ficar na educação praticada no campo. Além disso, teve como principal aporte teórico as obras de Miguel Gonzalez ARROYO e Mônica Castagna MOLINA com as obras: “Educação do campo e pesquisa” (MOLINA, 2006), “Imagens Quebradas” (ARROYO, 2004), “Por uma educação do campo” (ARROYO, *et al*, 2004).

Para fazer um retrato da situação em que se encontra a educação do/ no campo no Brasil e como isso impacta em nível local, no primeiro tópico, “histórico sobre a formação da educação no campo” faremos um breve relato histórico de como foi tratado o ensino do/ no

---

<sup>1</sup> Cabe aqui uma diferenciação do que seria educação no campo e educação do campo, aquela se refere à implantação de uma escola com currículo, com projeto político pedagógico, materiais didáticos e saberes urbanos que nada tem a ver com a vida do campo, já esta é a escola pensada para o homem e a mulher do campo respeitando sua cultura e saberes, procurando desenvolvê-los dentro de seus espaços, valorizando-os.

campo ao longo dos anos para melhor compreendermos a situação local; em seguida daremos continuidade mostrando como a educação do camponês foi tratada com descaso por parte do Estado, com impactos negativos na qualidade do ensino, no segundo tópico “a educação do campo subjugada ao modelo urbano-tecnocrata de ensino”; e por último no tópico “a educação do campo como instrumento de afirmação da memória coletiva e da identidade do povo rural” mostraremos como é importante a construção do plano político pedagógico voltado para o ensino do/ no campo, reconhecendo a importância dessa educação para afirmação da memória coletiva do grupo social rural, mostrando que o povo do campo merece respeito e atenção. Uma vez que não se trata de uma cultura atrasada, trata-se apenas de uma cultura diferente que contém suas especificidades, como qualquer outra.

### **HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CAMPO**

Desde que foi criada a Primeira Lei Geral de educação no Brasil, de 15 de outubro de 1824 que dispunha sobre a educação no Brasil, os habitantes do meio rural estiveram relegados à marginalidade, no tocante à construção de planos educacionais que fossem condizentes com sua realidade e modo de vida. Notamos que o descaso e abandono por parte do Estado brasileiro para com esse povo se estendeu por vários anos. Na atualidade, com a mobilização de grupos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e com o maior apoio nas universidades é que se têm conseguido maiores êxitos, apesar de ainda estarmos longe de chegar ao ideal, que deve estar fundamentação na práxis a filosofia da educação “DO” campo.

Ao nos debruçarmos sobre a temática da educação do campo, fica evidente que ela foi tratada com descaso. Fato comprovado por a educação do campo não ter nem sido tratada diretamente pelas constituições brasileiras. A este respeito, a primeira lei que tratava sobre educação no Brasil não tocava na educação do campo, falava somente de modo geral, como deveria se organizar as práticas de ensino, não levando em consideração o modo de vida específico da sociedade rural. Percebemos que na primeira metade do século XX, quando a população rural era maior do que a urbana, o Estado não se preocupava com políticas educacionais voltadas para o campo. Como mostra a constituição de 1934, que dispõe sobre a educação no campo em apenas um artigo, de forma superficial, falando apenas do orçamento destinado a educação no campo, na qual orientava: “Para a realização do ensino na zona rural,

a união reservara no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas a educação no respectivo orçamento anual.” (BRASIL, 1934 *apud* FERREIRA e BRANDÃO, 2011, p. 6).

Na constituição de 1937 o descaso permanece explícito. Muito dessa exclusão do campo, no cenário de políticas que os contemplassem, tem início no período após a Proclamação da República em 1889. Pois, a organização escolar brasileira passava a sofrer uma forte influência do positivismo e, junto com essa influência veio uma valorização da industrialização. Atribuindo maior importância ao modo de vida e produção urbana, sem levar em conta as outras formas de vida e trabalho. Deixando de lado as pessoas que viviam e produziam no campo. Sobre isso FERREIRA e BRANDÃO salientam:

Após a proclamação da República, em 1889, a organização escolar no Brasil sofreu influência da Filosofia positivista Francesa que teve como característica estimular e exaltar a industrialização moderna, sem nenhuma preocupação com as demais formas de organização da sociedade a exemplo dos que residem e produzem no campo (2011, p. 5).

A implantação de um modelo urbano-tecnocrata de educação no campo estava em acordo com uma política, embora ainda não oficial, que tinha o campo como fornecedor de mão de obra para a indústria e a escola como ferramenta de lapidação dessa mão de obra. “A orientação político educacional capitalista fica bem explícita, sugerindo a preparação de um contingente maior de mão de obra para as novas atividades abertas no mercado – a industrialização” (FERREIRA e BRANDÃO, 2011, p. 6). Fica evidente que a educação da população rural brasileira, durante quase todo século XX não teve a devida atenção necessária.

A constituição de 1988 deu contribuições importantes para luta do direito da população rural ter um plano político educacional. Pois, deu os meios jurídicos que sustentam as reivindicações por seus direitos sociais, quando traz em seu artigo 205, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Colocando, assim, o Estado no dever de prover a educação para todo. Independente de raça, cor ou localização.

Abre-se assim um caminho, e novas conquistas são efetivadas, por meio das intensas manifestações da sociedade rural. Personificada na figura dos movimentos sociais do campo, como exemplo temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) que, há

muito tempo luta por uma educação que contemple de fato a população campestre. Uma dessas conquistas se revela com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual institui em seu artigo 28, os seguintes direcionamentos para a escola do campo:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL/MEC, LDB, 9.394/96, art. 28).

Apesar de ser considerada uma conquista significativa para construção de um plano pedagógico que se oriente pelos objetivos e finalidades condizentes com a vida no campo, a LDB de 1996 recebe algumas críticas, por deixar de abordar de modo mais evidente questões importantes para a prática pedagógica com eficiência. Como (LEITE, 1999, p. 55-56) evidência:

1. Quanto à clientela da escola rural: a condição do aluno como trabalhador rural; distâncias entre locais de moradia/trabalho/escola; heterogeneidade de idade e grau de intelectualidade; baixas condições aquisitivas do alunado; acesso precário a informações gerais. 2. Quanto à participação da comunidade no processo escolar: um certo distanciamento dos pais em relação à escola, embora as famílias tenham a escolaridade como valor sócio-moral. 3. Quanto à ação didático-pedagógica: currículo inadequado, geralmente, estipulado por resoluções governamentais, com vistas à realidade urbana; estruturação didático-metodológica deficiente; salas multisseriadas; calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos.

De 1996 a 2010 conquistas importantes foram efetivadas, por intermédio das reivindicações do Movimento da Educação do Campo, entre elas figuram: Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008, estipulando as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Sobre este último FREITAS e MOLINA (2011, P. 22) destacam:

Aspecto relevante do Decreto nº 7.352/2010 está contido no reconhecimento Jurídico tanto da universalidade do direito à educação quanto da obrigatoriedade do Estado em promover intervenções que atendem para as especificidades necessária são cumprimento e garantia dessa universalidade. Essa legitimação é importante instrumento de pressão e negociação junto aos poderes públicos, especialmente nas instâncias municipais [...].

Esse apanhado histórico se faz necessário para melhor compreender a situação da Escola Municipal Manoel Fernandes no sítio Sanharão. Assim, podemos constatar que a escola não esteve à margem do descaso e desvalorização a que a educação do campo esteve sujeita ao longo dos anos.

A implantação de um modelo Urbano-Tecnocrata de educação no campo contribuiu para desconstruir ou comprometer a identidade sociocultural dos moradores locais. Assim como a falta de políticas públicas voltadas, de fato, para o homem e a mulher do campo contribuíram para que os governantes locais não lhes dessem a atenção merecida.

O descaso com a educação do campo proporcionou a ida dos alunos para estudar na cidade, em busca de melhores condições de aprendizagem, dado às condições locais. Hoje em dia, percebemos que o descaso já não é tão grande, em virtude das conquistas alcançadas ao longo dos anos, como as leis já citadas anteriormente, às quais contribuíram significativamente na luta por uma educação de qualidade no e do campo. Como por exemplo, a experiência da gestão local personificada na figura da Secretaria de Educação da cidade do Encanto, apesar que de forma modesta tem tido algumas iniciativas voltadas a melhoria da educação no campo.

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO SUBJUGADA AO MODELO URBANO-TECNOCRATA DE ENSINO**

Apesar das lutas e aparentes incentivos governamentais a educação do campo continua sendo tratada com inferioridade e negligência, sendo sujeita a educação da cidade que é vista como prioridade das políticas públicas e dos governos.

A educação rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão:

“gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”.  
(LEITE, 1999 p. 14).

Silva Junior e Borges Netto, afirmam que:

No que se refere à educação no meio rural, observamos que foi historicamente relegada a espaços marginais nos processos de elaboração e implementação das políticas educacionais na realidade brasileira. Uma das possíveis interpretações para esse aspecto - embora não seja a única - diz respeito às sólidas fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural marcadas por construções culturais hegemônicas do meio urbano que tende a inferiorizar, estereotipar e segregar as identidades e subjetividades do meio rural. (2011, p. 46)

Por causa do descaso em relação à educação rural, os alunos do campo ainda são obrigados a se deslocarem todos os dias de suas residências e percorrerem uma longa distância para poderem ter uma educação digna e de qualidade. Já que no seu meio, no campo, não é possível encontrar condições estruturais e educacionais de qualidade para o seu aprendizado, pois as escolas urbanas foram e são o alvo principal das políticas e dos investimentos educacionais, fato este que de acordo com o Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – o programa Caminho da Escola, criado em 2007, como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tem como um dos objetivos “renovar a frota de veículos escolares (ônibus e embarcações), garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir com a redução da evasão escolar” (PORTAL DO FNDE, 2013). Com isso o aluno camponês tem agora o “fácil” acesso a escola, mais que fique bem claro, acesso a escola da cidade. Sendo que no meio rural também possui escolas, mas, faltam-lhes condições e investimentos necessários para que haja o seu real funcionamento.

Durante a aplicação das entrevistas, ao perguntarmos a professora qual o entendimento dela do que seria educação do campo disse: “Vejo que é uma educação desvalorizada, tanto por parte dos governantes como pelos próprios moradores rurais. Os pais dos alunos estão colocando seus filhos para ir estudar na cidade, por lá seus filhos terem maior assistência por parte do município e por achar que a educação da cidade é melhor”. A mesma fala que tem pouca assistência da secretaria de educação e que isso prejudica na sua prática pedagógica, pois não tem apoio em algumas iniciativas que visem à vivência do campo.

A escola do campo está esquecida, e os alunos são os que mais sofrem por conta deste abandono. Não é difícil encontrarmos no meio rural a triste realidade de diversas escolas abandonadas, sem alunos, sem professores, sem aulas. Pequenos prédios sem funcionamento, sem investimento e quase a ruína. E por conta deste desprezo, os alunos enfrentam estradas esburacadas até chegarem à cidade para em fim conseguirem estudar. Mas de acordo com Rocha e Hage:

Uma das riquezas destes textos é apontar para a necessidade de mudar a visão negativa do campo e de seus povos, a fim de mudar a visão das escolas. É também ver e captar que o campo está vivo, que é um dos territórios sociais, políticos, econômicos e culturais de maior tensão, e que os povos do campo, em sua rica diversidade, afirmam-se como sujeitos políticos em múltiplas ações coletivas. (2010 p. 12)

Em termos de estrutura, percebesse que a Escola Municipal Manoel Fernandes foge um pouco do contexto nacional, com estrutura física bem conservada e equipada com computadores para que as crianças tenham aula de informática. Vemos na implantação de computadores nas escolas do campo mais uma forma de lapidação da mão de obra rural para as atividades que surgiram com a industrialização.

Dentro desse contexto, devemos deixar de lado esse pensamento errôneo de que o campo é atrasado e não mereça investimentos, pois como citado por ROCHA E HAGE, (2010, p. 12) “o campo está vivo” só precisa que alguém o valorize. Os alunos do campo merecem escola dignas e de qualidades, professores qualificados e um ensino de verdade; tudo isso sem precisar do sofrimento contínuo de deixar o campo, enfrentando diversos obstáculos e contratemplos, em busca dos estudos.

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E DA IDENTIDADE DO POVO RURAL**

De um modo geral, as práticas educacionais voltadas para o campo buscam resgatar a cultura e a identidade do povo camponês, que vem perdendo suas características culturais com o passar dos anos. Visto isso percebemos que as escolas voltadas para o ensino no campo têm de instruir o jovem camponês para a vivência na sociedade atual, que ver no campo o reflexo do atraso. Assim CAMILO (2008, p.21) vem dizer que:

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a assumir sua identidade, pois, ao longo de sua história, foi considerado como “rude” e inferior. O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...]. (CAMILO. 2008, p. 21).

Na atualidade, a escola e os professores possuem um papel fundamental na formação cidadã no campo, pois, é na escola que os seres humanos interagem e aprendem a conviver em sociedade. Com isso, evidenciamos a importância de uma educação voltada para os camponeses e para a vida no campo, para assim estabelecer um paralelo entre campo e cidade e diminuir o preconceito existente entre ambas as realidades.

Para isso ARROYO (2004 p.23) vem dizer que:

[...]. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (ARROYO, 2004, p.23).

Vemos que cabe à escola do campo mostrar para os jovens discentes novas formas para o convívio na sociedade capitalista, visando à manutenção de sua cultura e fortalecimento de sua identidade. Então, segundo FERNANDES, CERIOLI, CALDART, (2004, p.53) a educação no campo seria:

Aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2004, p.53).

A escola do campo vem para selar a formação do camponês, para que assim este possa construir seu pensamento crítico, embasado na sua cultura e identidade, sem que perca a essência do convívio com o campo; fator que atualmente vem acontecendo, resultante do processo de formação da sociedade moderna, onde o ser do campo ainda é discriminado pelo fato de não estar inserido dentro do ambiente urbano. Enfim, percebemos que a formação voltada para o meio rural é fundamental para manutenção de sua cultura e para a construção de sua identidade enquanto camponês.

Movidos pelo ideal de compreender melhor o processo de ensino no campo, realizamos uma pesquisa onde constatamos algumas iniciativas, tanto por parte do Governo Federal quanto da gestão municipal local. Ambas com o intuito de valorizar a identidade da comunidade do campo. Em esfera local, a Secretaria de Educação do Município de Encanto-RN desenvolve um projeto denominado “Identidade”, que busca valorizar as identidades de cada indivíduo, com o campo e com a comunidade.

Já em âmbito federal, a professora Apolônia Fernandes de Queiroz Paiva, responsável pela Escola Municipal Manoel Fernandes, destacou, em entrevista, a implantação do projeto “Escola Ativa”, com a distribuição de livros didáticos, com assuntos relacionados ao viver no campo, contribuindo para manutenção da memória coletiva do homem e da mulher do campo. Mas esse projeto durou pouco tempo, e os livros usados atualmente estão direcionados ao modelo urbano de educação.

No que diz respeito ao livro didático, a docente Apolônia Fernandes de Queiroz Paiva explicou que “fica difícil trabalhar com livros que mostra situações que estão distante da realidade dos alunos, eles tem mais dificuldade em aprender, por isso, nas explicações utilizo exemplos da vida cotidiana deles. Não fico presa ao livro didático”.

A utilização de materiais pedagógicos que não valorizam a vida do campo acaba por destruir a identidade cultural do homem e da mulher do campo. Para ARROYO (2006) “a escola do campo precisa buscar a sua própria identidade, e que ao olharmos para sua proposta pedagógica possamos ver o homem do campo identificado nela”.

A partir das entrevistas realizadas, evidenciamos a necessidade de uma educação voltada para formação do povo camponês. Para que assim este possa se tornar um cidadão ativo perante a atual sociedade capitalista desigual e excludente, tendo como prioridade no ensino a preservação da cultura e a manutenção da identidade camponesa, para que a educação do campo possa se fortalecer, como instrumento de manutenção da memória coletiva, da identidade cultural a garantir a expressão do caráter político do ser camponês.

## **CONCLUSÃO**

A partir dos estudos feitos a respeito da temática abordada neste artigo, percebemos o esforço do município de Encanto em melhorar a educação do ser do campo. Visando à

preservação de sua cultura e identidade, a secretaria municipal de educação, elabora projetos juntamente com os professores da zona Rural, para que assim sejam entendidas e analisadas as peculiaridades de cada localidade rural do município visando à melhora da educação do povo camponês.

Visto isso percebemos que esse breve estudo sobre a educação do campo no município de Encanto, serviu para instigar em nós alunos o desejo e a vontade de pesquisar e conhecer mais a respeito da educação rural do Encanto, assim evidenciamos que esse trabalho é apenas o começo de uma pesquisa que pretendemos aprofundar em nossos próximos trabalhos, para isso poderíamos entrar em parceria juntamente com o Núcleo de Estudos em Educação (NEED), onde assim poderíamos aprofundar a pesquisar e expandir esse estudo para outros municípios da nossa região e assim, fazermos um mapeamento de área a respeito da educação no campo de forma ampla e completa, visando ampliar o nosso conhecimento sobre a educação da Zona Rural dos diversos municípios envolvidos no estudo.

Assim concluímos que para melhorar a educação do campo no município de Encanto é preciso conhecer, estudar e analisar as diferentes vertentes existentes a respeito da temática para assim contribuirmos de forma efetiva para o aprimoramento da educação camponesa mantendo preservado os ideais, a cultura e a identidade do Homem do Campo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 103- 116.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Imagens quebradas**. Petrópolis: Vozes, 2004, p.23.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 53.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 16/09/14 às 13h: 53min.

CAMILO, Maria Edi da Silva. A construção coletiva da escola: a Escola Chico Mendes e sua História. In: ANGHINONI, Celso; MARTINS, Fernando José (Org.). **Educação do campo e formação continuada de professores**. Porto Alegre; Campo Mourão: EST Edições; FECILCAM, 2008, p.21.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. “Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório”. In:

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do campo**: um olhar histórico, uma realidade concreta. Revista eletrônica de educação. N. 09, 2011, p.14. Disponível em:<[www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/.../1/413\\_546\\_publipg.pdf](http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/.../1/413_546_publipg.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MOLINA, M. C; FREITAS, H. C. A. **Avanços e desafios na construção da educação do campo**. Brasília em aberto. N. 85, 2011, p. 17 – 31. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2562/1751>>. Acesso em: 15ago. 2014.

PORTAL DO FNDE. Veículos reforçados vencem os obstáculos no interior de MT. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/itemlist/tag/Caminho%20da%20escola>> Acesso em: 17/09/2014.

ROCHA, M. I. A; HAGE, S. M. **Escola de direito**: Reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. – (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 2)

SILVA JUNIOR, A. F; BORGES NETTO, M. **Por uma educação no campo**: percursos históricos e possibilidades. Entrelaçando - Revista Eletrônica de Culturas e Educação. N. 3, 2011, p. 45 – 60.

SCHAFRANSKI, M. D. **A Educação e as Transformações da Sociedade**. Publ. UEPG Ci. Hum, Ci. Soc. Apl. Soc. Apl, Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 13 (2), dez. 2005, p.101-112.